

VALORIZAÇÃO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO ALTO AIURUOCA, TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA

¹Marcos Arzua Barbosa

²Fernando Toledo Ferraz

Resumo

Este artigo descreve o esforço, organizado por uma equipe da Universidade Federal Fluminense (UFF), de apoio às atividades de turismo sustentável na região da microbacia do Alto Rio Aiuruoca - município de Itamonte (MG) - entre 2004 e 2007 por meio de um projeto de extensão, como forma de valorizar o trabalho das comunidades rurais e favorecer o meio ambiente. No âmbito de uma estratégia de ação planejada, criou-se um modelo de orientação para dinamizar ações integradas entre os atores relevantes das comunidades envolvidas.

Palavras-chave: turismo integrado, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e regional, arranjos produtivos locais.

Resumen

Este artículo trata de evaluar el empeño de un equipo de la Universidade Federal Fluminense (UFF) la que buscó apoyar actividades de turismo sostenible en la zona del Alto Rio Aiuruoca – municipio de Itamonte (MG) – en el periodo 2004/2007 por medio de un proyecto de campo, como forma de valorar el trabajo de las comunidades rurales y favorecer el medio ambiente. En el ámbito de una estrategia de acción planeada se ha creado un modelo de orientación con el fin de dinamizar acciones integradas entre los actores relevantes de las comunidades implicadas.

Palabras-clave: turismo integrado, desarrollo sostenible, desarrollo local y regional, economías de aglomeración de base local.

¹ Marcos Arzua Barbosa, economista (UFF); Msc. em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ (1998); Dsc. em Economia da Indústria e da Tecnologia – Universidad de Córdoba, Espanha (revalidado UFRJ/2005); Professor Assistente I do Departamento de Turismo e Patrimônio da UNIRIO; pesquisador do Neict - Depto. de Engenharia de Produção/UFF; e-mail: marzua10@yahoo.com.br. Autor.

² Fernando Toledo Ferraz, engenheiro; Msc. e Dsc. em Engenharia de Produção – UFF (2002); Professor Adjunto IV do Departamento de Engenharia de Produção da UFF; e-mail: fernando@latec.uff.br. Co-autor.

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório divide-se em sete partes, a começar por esta Introdução: A segunda parte (metodológica) trata da Apresentação do Território e das Ações de base do projeto de extensão levado a cabo por um núcleo de estudos do Departamento de Engenharia de Produção da UFF. Em seguida, são propostos os Elementos Conceituais que nortearam nossa abordagem, a partir da compreensão das características principais do território. A quarta parte relaciona o Estado da Arte a uma Proposta de Modelo Operacional que visa consolidar as ações com base em planejamento. Na subsequente quinta parte, expomos o Cronograma Físico das ações de desdobramento propostas. Buscando situar a trajetória que conecta enfoque e prática da equipe, a sexta parte expõe, em forma de breves Considerações Finais, as perspectivas dos relatores. A sétima e última parte, relaciona a Bibliografia que orientou nossas concepções e ações.

2. METODOLOGIA

2.1. Apresentação do Território e das Ações

A região do Alto Aiuruoca situa-se no município de Itamonte, que fica no sul do estado de Minas Gerais, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo; e distante 420 km da capital Belo Horizonte (MG). O principal acesso a Itamonte se dá pela Rodovia BR-354, cuja distância alcança 25 km da Rodovia Presidente Dutra (BR-116), que liga as duas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo.

O município em questão está próximo de São Lourenço que, juntamente com os municípios de Passa Quatro e Caxambu, pertencem à região turística conhecida como

“Circuito das Águas”, caracterizada pelos parques e fontes de águas minerais. Não obstante, Itamonte localiza-se relativamente próxima a outras importantes cidades como Campinas (SP) e Juiz de Fora (MG).

Itamonte possui 431 km² de superfície, em sua quase totalidade na área rural. Parte das terras integra o Parque Nacional do Itatiaia (PNI), a Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira e o Parque Estadual da Serra do Papagaio. Segundo o IBGE (dados 2009), a população, de 14.661 habitantes, pertence à região turística conhecida como “Terras Altas da Mantiqueira”. A zona do Alto Aiuruoca engloba os bairros de Serra Negra, Fragária, Campo Redondo, Vargem Grande e Capivara. A vegetação, conformada por temperaturas médias reduzidas, varia de acordo com a altitude (1.500 e 2.600 metros) e são encontrados biomas de Campos de Altitude e Mata Atlântica (CAVALLINI, 2001), além da presença de pinheiros (*Araucaria angustifolia*).

Em 2004, uma equipe coordenada pelo co-autor deste artigo, professor Fernando Toledo Ferraz, do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal Fluminense (UFF) iniciou um projeto de extensão buscando apoiar sistemas produtivos responsáveis e ampliar a mobilização da comunidade por intermédio de práticas institucionais associativas permanentes. A partir dos desdobramentos do projeto pretende-se elaborar um plano consistente de turismo sustentável para a região.

Dentre diversos objetivos específicos, concentramos nossas metas no treinamento, capacitação e certificação de moradores para atuar como guias e operadores de estabelecimentos turísticos (pousadas e restaurantes). O desdobramento principal desses objetivos se concretizará na organização de uma Central de Reservas, que também funcione como banco de dados para benefício da população local.

Trata-se de uma ampla zona de alto valor ambiental uma vez que se situa na divisa do mais antigo Parque Nacional brasileiro, abrigando ainda a nascente mais alta do Brasil.

Por motivos históricos e topográficos o território pouco se desenvolveu e a renda dos moradores permanece gravemente limitada. Os proventos locais estão relacionados, tradicionalmente, aos derivados de leite e agricultura familiar (de subsistência). Mais recentemente vêm crescendo a apicultura e o turismo como fontes de renda. Porém, o turismo atraiu diversos investidores oriundos de centros urbanos – compradores crescentes das terras dos antigos moradores, os quais, muitas vezes, terminam por deixar a região, o que configura agudo processo de êxodo rural.

2.2. Elementos Conceituais

Na visão de Albuquerque (2001), o desenvolvimento não se difunde apenas pela via das aplicações intensivas de capital, constituindo-se em um processo que permeia os sistemas locais de empresas, os quais sugerem como operar políticas setoriais de desenvolvimento que impulsionem a eficiência da organização produtiva, apesar das dificuldades dos atuais contextos nacional e internacional.

A capacidade para fortalecer setores, identificar novos produtos e segmentos de mercado depende – sobretudo no caso das pequenas e médias empresas (PMEs) – da construção de mecanismos de cooperação e vínculos institucionais que facilitem a formação de arranjos produtivos e maior eficiência quanto a encadeamentos existentes entre as mesmas e outros agentes relevantes, o meio ambiente, políticas institucionais etc.

Gerar sinergias entre agentes provoca externalidades positivas e permite suavizar importantes custos de transação. Desta forma, constitui-se um espaço meso de organização

de mercados, ao ser uma posição intermediária entre as decisões dos agentes privados e as políticas públicas, mesmo que de caráter local/regional.

Podemos incrementar o conceito de arranjos produtivos locais ampliando a discussão sobre “sistemas produtivos locais”, considerando então a existência de situações intermediárias entre desenvolvimento endógeno e desenvolvimento exógeno, posto que os processos de decisão podem estar repartidos entre agentes interiores e agentes exteriores ao âmbito do território.

A concentração de pequenas e micro empresas que exploram recursos no meio rural (agropecuária, agroindústria e turismo rural), por exemplo, permite que, no contexto de um sistema local, estas mesmas empresas construam intercâmbio de informações e produtos semi-elaborados, e adotem sistemas conservacionistas.

As técnicas utilizadas em cada empresa são similares, simplificando sua adoção. Ressaltamos que os reduzidos custos de circulação da informação facilitam as relações das PMEs locais – entre si e com empresas/organizações externas. Consideramos, ainda, que tais relações não se regulam apenas segundo o marco legal existente, ocorrendo também por via de normas e costumes (instituições informais) locais.

Não obstante, tal lógica pode ser apoiada por agentes mediadores de conflitos e geradores de apoios institucionais, principalmente nos casos de zonas economicamente deprimidas. Um projeto executivo elaborado na universidade (agente de extensão e apoio) pode se propor a realizar a função de geração de densidade institucional, ao mobilizar um território de geografia bela e acidentada, como as Terras Altas da Mantiqueira e seus elementos culturais, ambientais e sócio-econômicos. Uma mobilização voltada para favorecer a cooperação

Como ocorre no caso da orientação do Projeto Alto Aiuruoca Sustentável (PAAS-UFF), que atua em sintonia junto a diversas organizações amparadas por instituições formais e informais: conselhos municipais (setoriais e de desenvolvimento), cooperativas, associações civis e empresariais, sindicatos, igrejas, órgãos de desenvolvimento, representantes de áreas de proteção ambiental, bancos de fomento, demais universidades, institutos de pesquisa etc.

3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

3.1. O Contexto do Turismo Rural Sustentável

Durante décadas o processo de desenvolvimento rural foi identificado com o do setor agrícola. Não obstante, o reconhecimento de seus complexos efeitos ambientais, principalmente a partir dos anos 1980, conduziu à formulação de novas políticas mais atentas à qualidade da produção e ocupação dos territórios – perspectiva alternativa quanto à preservação da paisagem natural, retenção da população rural, conservação da diversidade genética e redução da pobreza e do desemprego urbano e rural. O meio rural passava a ser valorizado pelas dimensões ambiental e social.

Assim, Cavaco (2001), faz a crítica da identificação espacial do conceito de Turismo Rural com áreas de ocupação predominantemente agrícola ou agro-silvo-pastoril, no presente, ou num passado relativamente próximo, nas quais predominariam atividades agrícolas tradicionais sem prestígio nem rendimento.

Essa forma de turismo, para Yruela & Guerrero (1994), vem sendo designada de turismo alternativo – em suas modalidades mais frequentes (agroturismo, ecoturismo) – expressão que procura evidenciar certa oposição ao modelo internacional de turismo

massificado, com efeitos de dependência e exploração econômica e política das áreas de recepção – e de degradação cultural e moral.

Importam, sobretudo, as ofertas rurais, familiares, endógenas, dispersas em termos de alojamento, de locais de interesse a visitar e de atividades de lazer a proporcionar, o que pressupõe futuras escalas adequadas de abastecimento de água, saneamento, serviços básicos públicos e privados (saúde, comunicações, transporte e comércio) e acessibilidade.

Nessa linha, e em conformidade com nossas anteriores proposições, procuramos atuar junto às principais “cadeias de subprodutos turísticos municipais” (KNAFOU, 2001), buscando incrementar seus níveis de emprego, de desenvolvimento institucional e organizacional, desde estudos e ações sobre o seguinte conjunto de questões: 1) regulamentação do Turismo Rural; 2) grau de interação institucional; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) gerenciamento de informações; 5) adequação de infraestrutura; 6) participação comunitária.

A conversão da visão anteriormente exposta em método consolidado de trabalho apóia-se em um modelo específico de Turismo Rural Integrado. Dito modelo, levou em conta a dimensão do território a ser atendido, a considerável multiplicidade de demandas das atividades turísticas locais potenciais e reais (estas em diferentes graus estruturais e operativos), e a natural limitação de tempo e recursos do cronograma de atividades do Projeto PAAS.

Propomos o desenvolvimento produtos turísticos – integrados em circuitos – respeitando os limites ecológicos, culturais, sociais, políticos e financeiros do território atendido.

Tais circuitos seriam compostos por múltiplas atrações turísticas complementares, amparadas por ajustes constantes de infraestrutura, da tecnologia disponível, e na base

institucional (via estímulos ao associativismo). Numa visão compatível com o enfoque mercadológico, dir-se-ia que buscamos associar o Desenvolvimento Local ao novo padrão de qualidade dos produtos turísticos a ofertar no contexto do intercâmbio dos *saberes* municipais.

Em outras palavras, racionalizamos recursos auxiliando o município de Itamonte, todas as suas localidades, quando, por exemplo, a localidade da Serra Negra atua como integrador de sua *expertise* em serviços de guia junto às outras localidades; o mesmo faria algum representante de Campo Redondo em turismo cultural, um representante da Fragária em hoteleria, um representante da Capivara em produção integrada (apicultura, lavoura e pecuária), um representante da Vargem Grande em ecoturismo, e um representante de Itamonte (sede urbana) em turismo de integração (baseado em tecnologia de informação).

Nesse sentido, uma localidade pode atuar como integradora de seu conhecimento especial, ao mesmo tempo em que é integrada (recebe conhecimento especializado aplicável) pela *expertise* de outras localidades do município. Em resumo: trata-se de fortalecer os frágeis elos da cadeia do turismo das Terras Altas da Mantiqueira por meio de uma rede solidária de conhecimento que apóie iniciativas empreendedoras endógenas como um dos fatores essenciais do desenvolvimento.

Um exemplo do conhecimento compartilhado traduz-se no atual esforço, levado a cabo por diversos atores, de organização da trilha (interestadual) de longa duração na Serra da Mantiqueira, de interesse para toda a região, que muito se beneficiaria do apoio de uma Central de Reservas criadora e gestora de um banco de dados coletivo, além de apoio a projetos de sinalização turística e montanhismo.

Para que este cenário se dissemine, tais localidades vêm sendo estimuladas a preparar, como elemento de apoio ao projeto executivo, o que chamamos de agentes integradores.

Selecionamos para esta função pessoas que lutam por seus municípios de forma aberta – plenas de inquietações produtivas, atitude solidária e iniciativa; de diferentes origens sociais e organizacionais (famílias ligadas à produção rural, poder executivo, professores, membros de Ongs, pequenos empresários etc). Em seguida, as relacionamos (via sensibilização e treinamento) com o desenvolvimento dos futuros circuitos estudados.

Estes integradores - não confundir com o conceito convencional de multiplicadores - iniciaram seu trabalho de intercâmbio, disseminação de informações e apoio político-institucional exatamente a partir da definição de circuitos diferentes, mas com complementares padrões de atrações.

Ressalte-se que tal proposta estratégica poderá permanecer em funcionamento ao final do projeto dado seu baixo custo, fácil operacionalização e da provável continuidade de soluções locais por meio de mecanismos autônomos agregadores (associativismo). Em outras palavras: a base do que objetivamos desde o início do trabalho.

Como exemplo, ficou patente que as intensas atividades de instalação de fossas sépticas, entre junho de 2006 e fevereiro de 2007, exigiram a formação de equipes de trabalho e a criação de pequenas inovações relevantes, conhecimento específico sobre as características do terreno e dos materiais etc. Tais habilidades individuais e coletivas favoreceram a prestação de serviços independentes de instalação de fossas para moradores do local (residentes ou não) não inscritos pelo projeto.

Deve-se ressaltar que o material das fossas previstas no projeto é instalado gratuitamente, seguindo uma proporção, pelos citados bairros rurais, sempre com a solicitação de que as famílias beneficiadas sejam membros participantes das associações de seus bairros, e possam ceder (como regra geral) um homem por dia para ajudar na instalação.

Não obstante, o desdobramento mais importante das ações do PAAS resulta do empenho atual para a criação coletiva de uma Central de Reservas (CR), que engloba uma ajuda planejada para todos os segmentos do turismo responsável local.

Tal ação se daria em paralelo com a criação da CR por empreendedores locais, para fortalecer todas as funções básicas de um serviço operativo e receptivo, ainda inexistente, e que possa conquistar uma eficiência gradual. Essa iniciativa seria fruto das ações articuladas em redes de crescente maturação, dos chamados agentes integradores.

Registre-se que a CR teria os custos de seus equipamentos e pessoal (ao longo de um ano) cobertos pela solicitação esperada de recursos do Ministério do Meio Ambiente – no âmbito do PPG7/Subprograma PDA: Solicitação de Financiamento de Atividades de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, por problemas operacionais do PAAS, não foi possível encaminhar a solicitação de recursos, apesar de se ter preparado um projeto técnico compatível.

Para sua operacionalização, a CR contaria com um computador pessoal doméstico – com impressora, conectado à internet (20 horas/semana). Este computador seria instalado na sede urbana (dado que não há sinal nas localidades do Alto Aiuruoca), a partir do qual, seriam recolhidas mensagens de interessados em serviços de ecoturismo (e afins) hospedados em sítio específico (a ser criado por ações alternativas, perfil PDA/MMA) para promover o Alto Aiuruoca.

O funcionamento de uma CR, apoiada pela instalação de placas de sinalização, garantiria, além de informação sobre os atrativos turísticos e o estado da infraestrutura local (com fotos), um nível superior de segurança para a população envolvida com a prestação de serviços turísticos. Esta segurança seria alcançada considerando que os demandantes dos serviços poderiam ter seus dados pessoais básicos checados pela internet.

Não obstante, a operação da CR tornaria mais fácil a conexão entre as ações do governo municipal quanto ao favorecimento ao ecoturismo no Alto Aiuruoca e as comunidades tradicionais implicadas. Além disso, favoreceria ali a hospedagem doméstica e a alimentação; oferta de serviços de guias e condutores devidamente certificados; capacitação de mão-de-obra; organização da sinalização (turística e de trânsito); estímulo ao comércio de produtos locais (plantas medicinais, artesanato, mel, derivados de leite, frutas, doces

etc); valorização da identidade tradicional (Folia de Reis, entre outras manifestações) e estimulação da demanda por ecoturismo e turismo rural, extensíveis para comunidades da Mantiqueira mineira.

Com estas ações, facilita-se a geração de um banco de dados sobre os resultados de todos os segmentos ligados ao turismo sustentável como base para um planejamento comum ao território, o que favorecerá uma linha de ações coordenadas entre os agentes públicos e privados relevantes. Desta forma, espera-se alcançar uma sinergia entre os diversos atores na geração de renda que seja sustentável dos pontos de vista econômico, ambiental e sócio-cultural.

3.2. Estado da Arte e Proposta de Modelo

No Brasil, a importância conjunta das esferas econômica, sócio-cultural e ambiental do turismo vem sendo reconhecida oficialmente desde há mais de uma década, assim como o enfoque de sua aplicação nos âmbitos regional e local. As próprias Diretrizes EMBRATUR – que fomentaram o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994) – viriam a ser complementadas pela atual Política Nacional do Turismo.

O atual Plano Nacional de Turismo (PNT) resultante vem sendo operacionalizado por ministério público conectado ao setor. Efetivamente, os discursos, institucional e das organizações ligadas ao setor (Sebrae, Associação Brasileira de Agências de Viagens, universidades), ressaltam a importância do turismo integrado no desenvolvimento de territórios específicos quanto à geração de renda e emprego e evolução organizacional e tecnológica.

Estas fontes indicam que os arranjos produtivos existentes no estado (incluindo especialmente a Mantiqueira) devem ampliar sua eficiência quanto a encadeamentos existentes entre as mesmas e outros agentes relevantes, além de adaptar-se às novas

políticas públicas. Trata-se de um processo que deve acompanhar o aproveitamento das novas oportunidades de negócios no estado, no contexto de uma adequada gestão de qualidade dos serviços.

Nesse sentido, a Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais (SETUR) procura operar com uma estratégia de desenvolvimento municipal por meio da organização de Circuitos Turísticos, justamente para favorecer a atividade turística regional de forma sustentável, estimulando a formação de identidade e a integração constante no âmbito dos territórios. Atualmente, há 46 Circuitos Turísticos definidos, que envolvem cerca de 469 municípios dos 853 existentes (55%).

Por outro lado, a capacidade de fortalecer este setor emergente no estado e identificar novos perfis de produção e consumo depende, sobretudo no caso das pequenas e médias empresas (novos empregos), da construção de mecanismos de cooperação e vínculos institucionais efetivos.

A concentração de empresas que exploram o turismo no interior (turismo rural, turismo ecológico e turismo de aventura) as permite – num contexto integrado de desenvolvimento local – compartilhar informação e serviços complementares a partir de roteiros turísticos planejados por organizações urbanas. O caso das Terras Altas da Mantiqueira, contempladas com a elaboração de um circuito, assim como as Montanhas Mágicas da Mantiqueira, que integram parte do entorno do PNI, representam um exemplo direto dessa realidade.

Naturalmente deve-se levar em conta, além do incremento econômico de uma região que padece com os efeitos da permanência de limitadas cadeias produtivas formadas por categorias de agricultura familiar precária, que abrange a pecuária leiteira e a apicultura,

uma preservação adequada do patrimônio local e das especificidades naturais e culturais dos lugares que venham a ser integrados.

Ressalte-se ainda que diversos estudos indicam que os investimentos em atividades turísticas impulsionam a geração de empregos com maior intensidade que nos demais setores. Nessa linha, não obstante as maiores exigências em qualificação – sobretudo nas áreas de planejamento e implantação – o treinamento para muitas das ocupações típicas beneficia-se de conhecimentos prévios e habilidades já existentes.

O modelo descrito favorece uma futura agenda múltipla de pesquisa, e estímulo ao empreendedorismo (via incubadora UFF) agregando alunos (bolsistas ou não) e especialistas ligados aos cursos e seminários organizados pelo Núcleo de Estudos em Inovação, Conhecimento e Trabalho (NEICT - Engenharia de Produção - Universidade Federal Fluminense). O NEICT vem trabalhando, há diversos anos, com temas ligados ao setor, num país com precária tradição de estudos que considerem a complexidade do turismo no âmbito do desenvolvimento sustentável.

Na realidade, fatores como a localização geográfica da Mantiqueira – relativamente próxima aos grandes centros emissores do Sudeste brasileiro (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) – e a exuberância de seus atrativos naturais (cachoeiras, rios, alcantilados, matas preservadas, campos de altitude, fauna peculiar), favorecem a necessária elevação de seu grau de integração econômica territorial (RJ-MG), como na proposta do PAAS, via roteiros turísticos que valorizem a arquitetura rural, tradições folclóricas e gastronômicas, etc, – e potencializando a esperada associação crescente com a presença do Parque Nacional do Itatiaia.

O PNI, primeiro Parque Nacional brasileiro, completou 70 anos de criação em junho de 2007 e vem recebendo amplos recursos do governo federal e de empresas privadas, via

obrigatoriedade das compensações ambientais (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, lei 9.985).

Considerando, então, todos os elementos acima descritos, o modelo turístico pró-integração das Terras Altas da Mantiqueira deverá estabelecer um planejamento comum para o território, favorecendo uma linha de ações coordenadas entre os agentes, públicos e privados, relevantes: valorização dos meios de hospedagem e alimentação; capacitação de mão-de-obra; organização da sinalização (turística e de trânsito); estimação da demanda por turismo rural e de aventura nas zonas vizinhas da Mantiqueira em capitais estaduais próximas; e a citada organização de uma Central de Reservas por empreendedores locais, para fortalecer todas as funções básicas de um consistente serviço operativo e receptivo local, ainda inexistente.

Atualmente, a Mantiqueira é conhecida internacionalmente e recebe grupos de várias origens do país e do mundo. Apesar disso, existem fortes indícios, derivados das comparações com similares no exterior, de que o potencial máximo da região ainda está longe de ser alcançado. Nos basta o exemplo dos Estados Unidos: sabe-se que qualquer parque médio estadunidense recebe, anualmente, mais visitantes que a soma dos parques brasileiros. Não obstante, ali, o esforço de planejamento territorial integrado, que potencializou as atividades (nos moldes que sugerimos), funcionou como catalisador de transformações da realidade socioeconômica das regiões do entorno desses mesmos parques médios.

Parece consensual que se deve almejar a construção de alternativas socialmente responsáveis frente às atividades econômicas históricas da Mantiqueira, via articulações paulatinas de fóruns locais e regionais de desenvolvimento, e ampliar os cuidados com o meio ambiente (ainda detentor de espécies únicas), que acusa evidências do emprego pouco

apropriado do solo. Não restam dúvidas quanto aos interesses e retorno privado de tais iniciativas. Mas também é nítido que tais ações geram enormes externalidades positivas para a sociedade como um todo, dado o interesse atual na preservação de nossos patrimônios cultural e natural.

As ações conjuntas dos governos municipais e dos empresários da região têm um escopo bastante restrito. Os principais esforços para investimentos (o momento de valorização ampliada do PNI é recente) refletem, na maioria dos casos, as iniciativas de pessoas ou de grupos de pessoas agindo isoladamente no âmbito do território. Assim, a participação de segmentos ainda ausentes sob novas formas de representação, que favoreçam a coordenação coletiva das ações planejadas, mas reunidos em torno de um projeto único, parece ser o caminho mais indicado para a expansão e fortalecimento econômico do turismo local.

A ausência mais sentida, em termos das necessidades do setor, é a do agente Governo, em todas as possíveis esferas. Persistem problemas de infraestrutura que não podem ser resolvidos com investimentos ao alcance dos recursos privados da região.

Um fator altamente restritivo à expansão das atividades é o estado das rodovias e estradas secundárias (vicinais e tronco) de acesso à região e aos atrativos naturais e culturais. Os deficientes serviços de telefonia e a escassa disponibilidade de crédito e capacitação de pessoal local também comprometem a consolidação de um calendário de serviços por temporada com manutenção de um padrão adequado de qualidade – mesmo considerando que se busca um turismo sustentável que respeite as limitações ao impacto de grupos turísticos circulantes.

3.3.Cronograma Físico

As atividades serão realizadas conforme a Matriz de Planejamento da seguinte forma:

Quadro 1 - MATRIZ DE PLANEJAMENTO

| OBJETIVO GERAL | METAS | ATIVIDADES |
|--|---|--|
| Organizar uma rede de comunicação na região do Alto Aiuruoca (Itamonte/MG) | 1. Montagem e Operacionalização da Rede | 1.1. Definir locais/equipamentos |
| | | 1.2 Definir e treinar operadores dos equipamentos. |
| | | 1.3 Compra, instalação e manutenção dos equipamentos. |
| | 2. Criação da Central de Reservas | 2.1 Criação de um portal da região na Internet. |
| | | 2.2 Contratar e treinar operadores da Central de Reservas. |
| | | 2.3 Operação da Central de Rs. |
| | 3. Identificação visual | 3.1 Contratação de executante da sinalização turística |
| | | 3.2 Planejamento e arte final das placas |
| | | 3.3 Execução e instalação das placas |

Fonte: autores (2009).

O quadro acima torna patente a associação de algumas etapas, em função da grande diversidade de aspectos envolvidos.

Ao término de cada uma das etapas será preparado novo documento que exponha os resultados mais relevantes, contendo ainda considerações sobre a execução das etapas

seguintes. A contagem do prazo de execução fica condicionada à concordância da ampliação do escopo do projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da articulação das ações no território em foco (Alto Aiuruoca – Itamonte, MG), baseadas em conceitualização sobre Turismo Sustentável, consideramos que o mecanismo de integração entre os agentes locais (técnica do Agente Integrador) favorecerá sobremaneira desenvolvimento adequado das atividades ao seguir um princípio de planejamento via constituição da Central de Reservas de base comunitária, no momento oportuno.

A médio prazo, ainda decidiu-se organizar um filme documentário sobre as ações de pesquisa e extensão na região, buscando aprofundar o conhecimento sobre os saberes e a forma de funcionamento da economia e sociedade locais. O documentário foi realizado entre novembro de 2006 e dezembro de 2009.

Tal ação complementar deve cumprir a função de atrair pesquisas e recursos para o território em tela.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

CAVALLINI, Marcelo Meirelles. *Agricultura tradicional, composição paisagística e conservação de biodiversidade na região sul mineira: subsídios ao desenvolvimento rural sustentável*. São Carlos, 2001. 205f. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2001.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

KNAFOU, R. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

YRUELA, P. & GUERRERO, G. Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teóricas. In: **O desenvolvimento local é possível?**. Lisboa: Fórum SPER. 1994.